

**PARECER JURÍDICO N.º 097/2016**

**ASSUNTO: Pregão Presencial n.º 016/2016**

Em cumprimento ao comando do Parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, procedemos à análise do processo licitatório de Pregão Presencial n.º 016/2016 do tipo menor preço, o qual solicita aquisição de 07 (sete) notebooks, 08 (oito) computadores, 02 (dois) aparelhos de Smart TV e 01 (uma) câmera fotográfica, conforme descrição contida no presente processo administrativo.

Identifica-se dos autos que a necessidade da aquisição, está expressa através Memorandos Internos, expedidos pela Divisão de Informática, datados de 18/02/2016, 22/02/2016, 06/01/2016 e 24/03/2016, pela Divisão de Medição e Fiscalização, datado de 04/02/2016 e pelo Setor de Segurança do Trabalho datado de 19/11/2015.

Em atendimento ao disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93, a minuta do Edital foi devidamente examinada, aprovada e chancelada pela Assessoria Jurídica da COCEL, nos termos do Parecer Jurídico n.º 084/2016, conforme fls. 65.

O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná (fls. 97), no Jornal Folha de Campo Largo (fls. 99), datados de 22/04/2016 e no Diário Oficial de Campo Largo (fls. 98), na data de 20/04/2016.

O Edital completo da presente licitação foi disponibilizado, gratuitamente, no "site" de licitações da COCEL, bem como registrado no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na data de 19/04/2016, às fls. 100, conforme determina a Instrução Normativa nº 37/2009.

Art. 2º O mural das Licitações Municipais será constituído por informações transmitidas pelos órgãos e entidades de Administração Pública Municipal, nos seguintes prazos:

I – No mínimo, até 7 (sete) dias úteis antes do início da data prevista, no Edital ou outro instrumento convocatório, para a abertura do certame licitatório, de quaisquer das modalidades: convite, tomada de preços, concorrência, concurso, leilão e pregões presencial e eletrônico, e inclusive as licitações realizadas mediante Sistema de Registro de Preços.

Verifica-se dos autos a suficiente abrangência publicitária da licitação, com ampla divulgação do certame, considerando o número de interessados na retirada (download) do edital, conforme documentos de fls. 101/106.

O ato de designação da função de Pregoeiro da COCEL (Portaria n.º 002/2016) encontra-se devidamente juntada ao processo licitatório, às fls. 107.

A abertura dos envelopes contendo as propostas foi realizada em sessão pública às 09 horas do dia 09 de maio de 2016, na sede da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, conforme Ata às fls. 108/109, o qual se verifica a participação de 06 (seis) proponentes:

- **A. PEDRON & CIA LTDA. - ME;**
- **COMÉRCIO DE COMPUTADORES NEW WORD LTDA. - ME;**
- **MAPPE BRASIL LTDA. – ME;**
- **MÔNICA ELISANGELA REMENHUK – ME;**
- **RODRIGO JOSÉ NOVOTNI – ME e**
- **SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. – ME.**

Procedida à abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preço e realizada a oferta de lances, durante a fase de habilitação obteve-se o resultado abaixo descrito, o qual após verificada a aceitabilidade da proposta e de sua habilitação, o Pregoeiro culminou por julgar vencedoras da presente licitação as seguintes empresas:

Lote	Preço unitário máximo	Preço mensal ofertado	Valor total ofertado	Licitante
Lote 01	R\$ 3.680,33	R\$ 3.555,00	R\$ 28.440,00	Comércio de Computadores New Word Ltda. - ME
Lote 02	R\$ 1.152,39	R\$ 1.152,00	R\$ 3.456,00	Mônica Elisangela Remenhuk – ME
Lote 03	R\$ 3.411,54	R\$ 3.305,00	R\$ 3.305,00	SMI Tecnologia e Serviços Ltda. – ME
Lote 04	R\$ 4.561,96	R\$ 4.561,00	R\$ 4.561,00	Mônica Elisangela Remenhuk – ME
Lote 05	R\$ 1.781,33	Fracassado	Fracassado	Fracassado
Lote 06	R\$ 657,50	R\$ 657,00	R\$ 657,00	Mônica Elisangela Remenhuk – ME



Quanto à publicação do resultado do julgamento da proposta, identifica-se que a Administração Pública, quando do exercício da função administrativa, encontra-se submetida ao princípio da legalidade, consagrado no *caput* do art. 37 da Constituição da República. Por conta disso, aplica-se ao caso, subsidiariamente, a norma legal contida no § 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: (...)

§ 1º. A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo, para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata. (grifo nosso)

Ou seja, de acordo com a inteligência do dispositivo acima, nos casos das decisões referentes aos procedimentos licitatórios, se presentes os prepostos dos licitantes neste momento, a comunicação poderá ser feita diretamente aos interessados e lavrada a ata.

Como se vê, a regra é a de que a ciência dos atos mencionados no § 1º do art. 109 seja realizada pela imprensa oficial, de modo que, apenas se estiverem presentes todos os licitantes (ou prepostos desses) no momento em que for tomada a decisão é que a intimação poderá ser considerada como realizada na própria sessão.

No caso do pregão presencial, então, é possível concluir que, se na sessão estiverem presentes todos os licitantes (ou devidamente representados), a Administração não precisará providenciar a publicação da decisão na imprensa oficial, podendo ser feita a intimação pessoal do resultado da licitação.

Revela-se inegável que a finalidade da publicidade foi atingida, proporcionando amplo acesso e interesse no objeto ora licitado, bem como a efetivação da compra abaixo do valor estimado.

Pela apreciação dos atos e termos do presente procedimento, verifico que os mesmos encontram-se revestidos das formalidades legais consubstanciadas na Lei n.º 10.520/02, bem como pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Devido ao exposto, opino que o presente procedimento licitatório, sob o aspecto legal, está em condições de ser homologado.

Campo Largo, 11 de maio de 2016.

Otávio Dias Pereira Junior  
OAB/PR 28.139

334  
Ratifico o Parecer em anexo,  
o qual após a devida análise  
opinou que o presente proce-  
dimento sob o aspecto legal  
está em condições de ser  
homologado

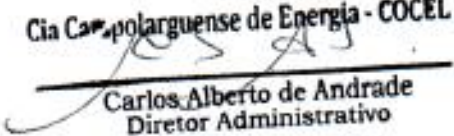
C.L., 12/05/16

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL  
Adriano Huber Junior  
Diretor Jurídico  
OAB/PR 31.582

De acordo com o parecer jurídico,  
homologo o presente procedimento administrativo.

92105/16.

Cia Campolarguense de Energia - COCEL

  
Carlos Alberto de Andrade  
Diretor Administrativo